



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo nº 00091.105641/2019-04

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este estudo técnico preliminar foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação, visando atender aos art. 3º, inciso IV e XI, art. 8º, inciso I e art. 14, incisos I e II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como à Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017.

1.2. O documento detalha a Fase de Planejamento, subsidiando o processo de **contratação de empresa especializada de engenharia para conservação e reparo da cantina e do vestiário, ambos localizados no bloco 3 do DOINT, no Complexo Sede da ABIN/DF**, dando continuidade ao processo de otimização e modernização das instalações físicas da Agência Brasileira de Inteligência.

1.3. Compõe-se o referido estudo dos seguinte tópicos:

1. Introdução;
2. Descrição da necessidade da contratação;
3. Descrição dos requisitos da contratação;
4. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados;
5. Descrição da solução como um todo;
6. Estimativa das quantidades;
7. Estimativa de preços ou preços referenciais;
8. Justificativas para o (não) parcelamento da solução;
9. Contratações anteriores;
10. Escolha do tipo de solução a contratar;
11. Referências a instrumentos de planejamento;
12. Resultados e benefícios diretos e indiretos pretendidos;
13. Providências para adequação do ambiente do órgão;
14. Possíveis impactos ambientais;
15. Necessidade de classificar os serviços nos termos da Lei nº 12.527/2011;
16. Definição da natureza de continuidade do serviço;
17. Justificativa para o regime de execução aplicável;

18. Declaração da viabilidade ou não da contratação;

19. Aprovação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Diante do desgaste natural, que ocorre ao longo do tempo, os ambientes necessitam de renovação, com substituição dos elementos desgastados por novos, promovendo um ambiente mais salubre e confortável para uso dos seus servidores.

2.2. Além disso, com o recente ingresso de novos servidores, alterou-se a demanda de uso das áreas, surgindo uma necessidade de readequação do layout e preparação da área para receber uma empresa que prepare e forneça alimentação aos funcionários do órgão, no caso da cantina, e para atender às necessidades higiênicas, no caso do vestiário.

2.3. Por isso, a contratação de uma empresa especializada de engenharia para a conservação e reparo dos ambientes faz-se necessária para que as atividades do órgão sejam plenamente desenvolvidas, em ambientes adequados e bem estruturados.

2.4. A demanda corrobora também para que as condições físicas da edificação se apresentem nos padrões de segurança, de sustentabilidade e de acessibilidade exigidos pelas normas vigentes.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para pleno atendimento da demanda, o serviço deve ser prestado pela CONTRATADA conforme os requisitos e as determinações previstas no **Termo de Referência (SEI [0195879](#)) e em seus documentos anexos.**

3.2. O objeto do contrato deve atender às diretrizes estabelecidas:

- a) na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) na Cartilha "Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas", do TCU;
- c) nas Normas Técnicas e Legislações vigentes, inclusive ambientais, dentre as quais:

I - Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTe);

II - Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes;

III - Instruções e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e dos Órgãos do Sistema do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA).

3.2.1. Devem ser seguidas ainda as legislações federais, estaduais e municipais referentes à sustentabilidade, dentre essas:

- a) Lei nº 8.666/93, artigo 3º;
- b) Decreto nº 7.746/12 que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93;
- c) Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

d) Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MP; e

e) Instrução Normativa nº 02/2014 SLTI/MP, quando aplicável.

4. **NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

4.1. Normativos que regulam os serviços a serem contratados de acordo com a sua natureza:

- a) Lei nº 8.666, de 21/06/1993;
- b) Lei nº 10.520, de 17/07/2002;
- c) Decreto nº 10.024, de 10/09/2019;
- d) Resoluções do CREA e do CONFEA;
- e) Orientações Técnicas da IBRAOP;
- f) Lei nº 6.496, de 07/12/1977;
- g) Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 05, de 26/05/2017;
- h) Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio - SEAP;
- i) Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR's.

4.2. Algumas das normas técnicas que disciplinam o objeto encontram-se discriminadas, de forma não exaustiva, no **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI [0197788](#))**, anexo do **Termo de Referência (SEI [0195879](#))**.

4.3. Os casos não abordados no referido documento devem ser analisados pela CONTRATADA e definidos junto à Fiscalização, mantendo o padrão de qualidade previsto para os serviços, respeitando as normas técnicas, nacionais ou internacionais, vigentes e as melhores práticas preconizadas para o assunto.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os insumos - i.e. materiais, mão de obra especializada, equipamentos (inclusive os de proteção, individual e coletiva), ferramentas, utensílios, etc. - necessários a total e completa execução dos serviços englobados no objeto.

5.2. A descrição detalhada dos serviços a serem desenvolvidos encontra-se nos **Termo de Referência (SEI [0195879](#)) e seus anexos**.

5.3. De forma sintética, serão necessários:

- a) Serviços de demolição e de remoção;
- b) Execução de alvenarias;
- c) Execução de novas instalações elétricas e hidrossanitárias;
- d) Execução de revestimentos argamassados para a instalação de novos revestimentos decorativos (cerâmica e pintura);
- e) Instalação de forro;
- f) Instalação de pedras (bancadas, divisórias, soleiras e rodapés);
- g) Instalação de espelhos;
- h) Instalação de louças, metais e acessórios sanitários; e

i) Instalação de esquadrias (portas e janelas).

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades foram retiradas das pranchas, elaboradas e fornecidas pela **equipe de arquitetura e de projetistas** do próprio órgão, e encontram-se detalhadas na **Planilha Orçamentária Completa (SEI [0197806](#))**, anexo do Termo de referência.

6.1.1. Quando possível, as cotas e as quantidades previstas nas tabelas das pranchas foram complementadas por medições realizadas em campo, buscando um orçamento mais detalhado e próximo da realidade.

6.1.2. Quando o serviço não estava diretamente previsto nas tabelas das pranchas, a equipe de planejamento levantou a quantidade de serviço prevista.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. A partir da estimativa das quantidades, e seguindo as determinações do **Decreto nº 7.983/2013**, a estimativa de preço total dos serviços é de **R\$ 164.970,65 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme detalhado na **Planilha Orçamentária Completa (SEI [0197806](#))**, anexo do Termo de Referência (SEI [0195879](#)).

8. JUSTIFICATIVA PARA O (NÃO) PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. Conforme orientação do TCU, a equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e os seguintes parâmetros: técnico-econômicos; perda de escala; aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

8.2. Do ponto de vista **técnico**, observa-se que o procedimento convencional para execução do objeto prevê execução ora sequencial, ora simultânea de etapas distintas, o que resulta numa interdependência entre elas. Dessa forma, exige-se um certo nível de sincronia entre as etapas e evidencia-se a necessidade de tanto o planejamento quanto a execução estarem subordinados a uma única administração, responsável pela compatibilização do cronograma com o fornecimento dos diferentes materiais envolvidos e com a mobilização da mão de obra necessária para concluir cada etapa dentro dos prazos e características determinadas no Termo de Referência e seus anexos.

8.3. Com isso, a conclusão do objeto dentro do prazo poderia ser comprometida, dado que uma possível vencedora ficaria dependendo da outra para concluir os serviços que antecedem os serviços a ela adjudicados. A contratação do objeto nos moldes previstos proporciona, assim, que a mesma contratada tenha uma visão global do empreendimento, podendo antecipar-se a eventuais alterações ou imprevistos, tendo em vista que todos os serviços estarão sendo desenvolvidos simultaneamente no âmbito de uma mesma empresa.

8.4. O parcelamento poderia comprometer também as garantias pelos serviços entregues, ao passo que torna difícil a atribuição de responsabilidade por eventuais patologias que venham a se manifestar no objeto.

8.5. Do ponto de vista **econômico**, o parcelamento do objeto geraria custos adicionais à Administração, devido à necessidade de prever pagamento de administração local (engenheiro, mestre de obras e contêiners) em cada um dos contratos, aumentando o montante inicialmente previsto. Além disso, perder-se-ia o fator escala e aumentar-se-iam os esforços de fiscalização, que seria realizada em dois contratos distintos.

8.6. Além disso, o potencial desconto a ser obtido na fase de lances poderia ser reduzido, à medida que ao subdividir o objeto a futura Contratada teria um poder de barganha menor junto aos seus fornecedores parceiros, tendo em vista que as quantidades previstas no objeto seriam divididas

em duas contratações distintas. Em resumo, o fator escala estaria comprometido e, consequentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.7. Por fim, o não parcelamento resulta em um maior valor estimado para a contratação, o que despertaria o interesse de empresas com maior capacidade operacional e, possivelmente, maior experiência e qualidade nos serviços previstos.

8.8. **Observa-se, portanto, que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala, com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.**

9. CONTRATAÇÕES ANTERIORES

9.1. O objeto da presente contratação está sendo contratado pela primeira vez.

9.2. Problemas enfrentados na **fase de planejamento**: nesta fase, os problemas concentram-se na definição do projeto básico (serviços e materiais a utilizar e suas respectivas quantidades) e do caderno de encargos (critérios de medição e especificações dos materiais e serviços). Tendo em vista que a COENG não possui softwares de engenharia (AutoCAD), toda a análise dos projetos elaborados pela equipe de projetistas foi realizada por meio de arquivos em PDF. Apesar da menor eficiência e precisão, atuou-se em prol da melhoria dos documentos elaborados. Ao elaborar o Termo de Referência e seus anexos, buscou-se também adicionar o máximo de informações possíveis sobre o objeto pretendido e sua forma de execução, de gestão e de fiscalização.

9.3. Problemas enfrentados na **fase de seleção do fornecedor**: nesta fase, as maiores dificuldades da COENG encontram-se na análise da planilha orçamentária da Licitante. Para mitigá-la, foi adicionado dispositivo no Termo de Referência prevendo o envio da proposta em formato digital e seguindo ao máximo a formatação dada pela equipe de planejamento. Tal medida promove maior rapidez, segurança e eficiência na análise de aceitabilidades dos preços propostos.

9.4. Problemas enfrentados na **fase de gestão do contrato**: nesta fase, as dificuldades são semelhantes às da **fase de planejamento**. Por isso, as medidas adotadas foram as mesmas

10. ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

10.1. Para o levantamento do mercado, não se observou a mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de objeto.

10.2. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

10.3. A decisão para a contratação se deve em virtude de a Coordenação de Engenharia e Obras (COENG) da ABIN não possuir quadro de pessoal para atender a demandas de adaptações, modernizações e readequações do órgão.

11. REFERÊNCIAS A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2017-2021 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 461/ABIN/GSI/PR, de 29 de novembro de 2018 e publicada no Boletim de Serviço Sigiloso nº 22, de 30 de novembro de 2018, por meio do objetivo estratégico "4.14 *Objetivo: Modernizar a Gestão Administrativa e Logística*".

11.2. Consta no Plano Orçamentário Anual POA-2020 do DAL como "Manutenção e reforma de diversas instalações prediais na sede e superintendências estaduais" (SEI [0134463](#)).

11.3. Consta no Plano Anual de Contratações PAC-2020 da ABIN (SEI [0134461](#), item nº 284).

11.4. Por fim, está também alinhado ao Plano de Logística Sustentável (SEI [0134454](#)).

12. RESULTADOS E BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS PRETENDIDOS

12.1. Com a contratação em foco, pretende-se disponibilizar aos servidores, notadamente os lotados no DOINT, ambientes confortáveis, salubres e modernos, adequados ao preparo e ao consumo de refeições (no caso da cantina) e ao asseio e limpeza corporal do ser humano e satisfação das suas necessidades fisiológicas (no caso dos vestiários).

12.1.1. Benefícios diretos: otimização, modernização e revitalização das instalações da edificação;

12.1.2. Benefícios indiretos: ambiente propício ao desenvolvimento das atividades realizadas nesta edificação e bem-estar dos servidores;

12.1.3. Impactos ambientais positivos: racionalização dos recursos atualmente empregados;

12.1.4. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: otimização do tempo de atendimento às demandas da sociedade.

13. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1. A **CONTRATANTE** (a ABIN) deverá disponibilizar os **ambientes desimpedidos** para a execução dos serviços, **desocupando-os e removendo** todos os **objetos** que impeçam o início e o desenvolvimento das atividades englobadas pelo Contrato, tais como armários, móveis, eletrodomésticos e demais elementos que dificultem a execução dos serviços.

13.1.1. A assinatura do Contrato antes da tomada dessas providências poderá causar atrasos na execução dos serviços. Neste caso, a Contratada poderá fazer jus a aditamentos, desde que não concorra para tanto.

13.2. Em especial, quanto aos sistemas elétricos, a COENG definiu que a **CONTRATADA** ficará responsável pela execução de toda a instalação elétrica predial dos ambientes **após os quadros de alimentação**, sendo a **CONTRATANTE (a ABIN)** responsável pela disponibilização destes **quadros elétricos instalados, inclusive os seus respectivos componentes**, tais como dispositivos de proteção e cabos de alimentação do quadro.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Os impactos ambientais para a presente contratação se resumem as resíduos que serão gerados quando da demolição dos materiais existentes.

14.2. As medidas relacionadas à questões ambientais estão elencadas ao longo do **Termo de Referência (SEI [0195879](#))**, em especial, a necessidade de disposição adequada dos resíduos, comprovada por meio de certificados de transporte de resíduos (CTRs).

15. NECESSIDADE DE CLASSIFICAR OS SERVIÇOS NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011

15.1. Não se vislumbra a necessidade de classificação de documentos a que alude a **Lei nº 12.527/2011**, considerando trata-se de processo que tramitou de forma ostensiva desde sua origem.

16. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO

16.1. O serviço em questão não é de natureza continuada, pois objetiva o atendimento de uma demanda pontual, com início e encerramento estipulados, nos termos do **art. 16, da IN nº 05/2017**.

16.2. Refere-se, portanto, à prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à

conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no **§ 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993**.

17. **JUSTIFICATIVA PARA O REGIME DE EXECUÇÃO APLICÁVEL**

17.1. Sugere-se que o **regime de execução** seja o de **empreitada por preço global**, ou seja, será contratada a execução do serviço **por preço certo e total**, dado que o objeto a ser contratado está bem definido e delimitado no Termo de Referência e seus anexos, compondo uma solução única e global, não fracionável em partes unitárias.

17.1.1. O fracionamento da solução não deve ser adotado por se tratar de um serviço em ambientes limitados, com etapas de execução dependentes e subsequentes, cuja execução e medição seria prejudicada pela divisão do objeto. Portanto, não seria razoável a divisão em unidades independentes.

17.1.2. Conforme previsto no **art. 6º da Lei nº 8.666/1993**, na execução de empreitada por preço unitário a remuneração do contratado deve corresponder de maneira exata ao serviço prestado. Esse regime deve ser adotado nos casos em que não for possível se estimar previamente um quantitativo adequado de pagamento. Ademais, o objeto da empreitada por preço unitário deve possibilitar o fracionamento em unidades independentes. Diferentemente, a empreitada por preço global envolve contratação por preço certo e total. Exige-se amplo conhecimento por parte da Administração do objeto e das condições de contratação para que se possa permitir aos particulares formularem propostas de preços adequadas (**art. 47 da Lei nº 8.666/1993**).

17.1.3. A natureza do objeto da empreitada por preço global é incompatível com a execução fracionada em unidades. No entanto, é possível que a remuneração seja feita na medida em que determinadas etapas forem concluídas, conforme previsão no cronograma físico-financeiro. De qualquer modo, a forma de cálculo do valor a ser pago pela Administração leva em conta a dimensão global do serviço e não as etapas parcialmente realizadas.

18. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO**

18.1. Com base neste estudo, conclui-se que o objeto envolve serviços comuns e de pequena monta, sendo a contratação **viável** nos termos propostos.

19. **APROVAÇÃO**

19.1. Cabe à Coordenação de Engenharia e Obras (COENG) e à Coordenação Geral de Administração (CGAD) a análise e aprovação do presente documento.

RAFAEL MOTTA DE SANTANA MOREIRA

INTEGRANTE TÉCNICO TITULAR

FLÁVIO SILVA MIRANDA

INTEGRANTE REQUISITANTE TITULAR

HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOTTA DE SANTANA MOREIRA, Oficial Técnico de Inteligência**, em 21/08/2020, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO SILVA MIRANDA, Coordenador(a) de Engenharia e Obras**, em 21/08/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0195550** e o código CRC **B8FC3BD6**.

Referência: Processo nº 00091.105641/2019-04

SEI nº 0195550

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -

Criado por 11945, versão 25 por 11945 em 21/08/2020 13:17:14.